

COPRODUÇÃO NO ENSINO PÚBLICO: QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO É ESSA?

DÊYSE LUCENA VICTOR DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

Introdução

Nos serviços educacionais, a coprodução é uma prática fundamental e essencial, uma vez que é capaz de oferecer respostas às demandas via compartilhamento de responsabilidades entre governo, escola, família e a sociedade civil. Para Bovaird e Loeffler (2013) a coprodução pode gerar benefícios diferentes para distintos atores e o tipo de participação também varia, como será observado no presente estudo. A avaliação desses aspectos contribui para gerar conhecimentos capazes de influenciarem novas práticas, reestruturar as existentes e até abandonar as que não se mostrarem proveitosas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Este artigo parte da premissa que a coprodução é um tipo de participação voltada à provisão de bens e serviços públicos que envolve engajamento mútuo entre usuário/cidadão/comunidade e servidores públicos/profissionais, variando de um contexto para outro em relação à etapa do processo. Assim, a problemática é: Como ocorre a coprodução nos serviços públicos educacionais no município de Campina Grande-PB? Para responder a essa problemática, tem como objetivo analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes.

Fundamentação Teórica

As organizações públicas precisam compreender que a coprodução no ensino público permite um diálogo, o qual pressupõe o envolvimento da comunidade escolar na gestão por meio da participação e descentralização nas tomadas de decisões. Para tanto, autores propuseram modelos de participação de coprodução na educação que pudessem ajudar as organizações, e neste artigo, foi utilizado o modelo de Victor Pestoff (2012) que trata da participação cidadã na coprodução de serviços educacionais e o modelo Tony Bovaird e Elke Loeffler (2013) que analisa os benefícios dessas participações.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com natureza exploratória-descritiva, tendo como ambiente de pesquisa duas Escolas Estaduais Públicas situadas no município de Campina Grande-PB, sendo uma na modalidade integral e outra integral-técnica, ambas do ensino médio. Utilizou-se triangulação de três fontes de dados: pesquisa documental, entrevistas e observação in loco. As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados construídos em conjunto com os membros do grupo de estudos, a partir das categorias dos tipos de participação de Pestoff (2012) e os benefícios de Bovaird e Loeffler (2013).

Análise dos Resultados

Baseada nos quatro tipos de participação cidadã por Pestoff (2012), constatou-se que as participações políticas estão mais presentes nas duas escolas analisadas e que os principais benefícios encontrados baseados em Bovaird e Loeffler (2013) são para os usuários e cidadãos, pois aumenta ainda mais a esfera social e construção do aluno para o futuro. Também se observaram benefícios voltados para os políticos, que se tornam alvo de notícias positivas, e isso enriquece o poder público trazendo, além da visibilidade positiva, prospecção de aumento de votos nas futuras eleições.

Conclusão

Compreender a participação e a coprodução como estratégias fundamentais à prestação do serviço público, amparada por teorias como as que constam nesta pesquisa, potencialmente favorece a ação de pais, comunidade, alunos e professores, alcançando resultados mais consistentes em outras instâncias das escolas. Neste sentido, no campo da educação evidencia, a conexão entre os aspectos essenciais e aspectos complementares do serviço, bem como entre elementos econômicos, políticos, sociais e específica dos serviços da coprodução, trazendo benefícios potenciais para os diferentes envolvidos.

Referências Bibliográficas

BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. We're all in this together: harnessing user and community co-production of public outcomes. University Birmingham. Institute of Local Government Studies, Jun, 2013, Chapter 4. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41683097>. Acesso em: 04 de set. 2022. PESTOFF, V. Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 23, p. 1102-1118, jul. 2012. Disponível em: DOI: 10.1007/s11266-012-9308-7. Acesso em: 02 set. 2022.

Palavras Chave

Coprodução, Serviço Público Educacional, Benefícios da Participação Cidadã

Agradecimento a órgão de fomento

O presente artigo foi desenvolvido com apoio da Fundação CAPES/FAPESQ, Ministério da Educação do Brasil, através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UFCG 2012 a 2023. E ao Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores/Programa Primeiros Projetos - PPP) termo de Outorga nº 3219/2021.

COPRODUÇÃO NO ENSINO PÚBLICO: QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO É ESSA?

1 Introdução

Nos serviços educacionais, a coprodução é uma prática fundamental e essencial, uma vez que é capaz de oferecer respostas às demandas via compartilhamento de responsabilidades entre governo, escola, família e a sociedade civil. Como, por exemplo, o estudo de Soares e Farias (2019) que estudou a coprodução da educação pública por parte de familiares de estudantes, suas diversas formas e, ainda, como é influenciada pelo perfil dos familiares nas escolas públicas do Distrito Federal. A própria Constituição (BRASIL, 1988) evidencia a gestão democrática como princípio do ensino público, incentivando a participação cidadã nesse âmbito.

No contexto educacional, Pestoff (2009) afirma que a coprodução foi apontada como inerente à realização de certos bens e serviços, pois não há como gerar aprendizagem sem algum grau de engajamento dos educandos, os quais interagem com profissionais em processos pedagógicos voltados à educação. O autor, em seus estudos, identificou quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços educacionais: econômica, política, social e específica do serviço, identificados na Europa, envolvendo a ação do terceiro setor na pré-escola (PESTOFF, 2012).

Os efeitos das práticas dessa participação cidadã via coprodução também podem ser diversos. Para Bovaird e Loeffler (2013) a coprodução pode gerar benefícios diferentes para distintos atores e o tipo de participação também varia, como será observado no presente estudo. A avaliação desses aspectos contribui para gerar conhecimentos capazes de influenciarem novas práticas, reestruturar as existentes e até abandonar as que não se mostrarem proveitosas.

Com base no exposto, por envolver multiatores, a coprodução nos serviços educacionais não é tarefa simples e precisa ser realizada com cuidado para evitar sobreposição de papéis ou inversão de responsabilidades. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo **analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes.**

Justifica-se essa pesquisa no serviço educacional, por ser um cenário em que tende a existir compartilhamentos de responsabilidades, parcerias, espaços de articulações e de troca de informações que conduzem a atuação governamental. Trata-se de um momento oportuno para realização da pesquisa, dado o surgimento ocorrido na última década, que visam incentivar a prática de coprodução na educação. Outro benefício em promover a coprodução na educação é permitir um novo olhar do papel da família, dos alunos e da sociedade civil frente à escola. Brandsen e Honingh (2016), na busca por clareza conceitual em relação à coprodução, afirmam que os tipos e níveis de participação na educação interferem muito para moldar o serviço que o usuário recebe.

Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, via estudos de casos com natureza exploratória-descritiva, tendo como ambiente de pesquisa duas Escolas Estaduais Públicas situadas no município de Campina Grande-PB, sendo uma na modalidade integral e outra integral-técnica, ambas do ensino médio. Utilizou-se triangulação de três fontes de dados: pesquisa documental, entrevistas e observação *in loco*.

2 Participação, Coprodução e Educação Pública

Segundo Schommer (2017) a participação tem sido discutida como conceito central do debate teórico e prático sobre a democratização da sociedade, sem que haja, no entanto, um conceito único e consensual. Está presente nas reivindicações históricas dos movimentos sociais, das organizações sociais e políticas e vem alcançando o local de trabalho, a escola, a

família, o clube, a igreja, entre outros. Ao mesmo tempo, convive-se com o fenômeno da apatia ou formas de participação fragmentadas e difusas.

O processo de participação nos assuntos de interesse público demanda valores como confiança mútua, solidariedade e engajamento social (SCHOMMER *et al.*, 2011). Com um processo social amplo, a participação envolve diversos atores, assumindo formas variadas e múltiplas iniciativas na área de educação pública. Até porque, quanto mais inovações no setor público, mais promoverá um maior envolvimento do cidadão na prestação de serviços públicos, possibilitando assim maneiras de facilitar uma maior participação do cidadão, como por meio da coprodução.

Uma referência em coprodução de bens e serviços públicos é a cientista política e economista Elinor Ostrom, laureada com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009, com Oliver Williamson, por seus estudos sobre arranjos institucionais que favorecem a produção de bens comuns (NOBELPRIZE.ORG, 2018). A coprodução de bens e serviços públicos pode constituir-se como meio de acesso da sociedade, como resposta à escassez de recursos e de legitimidade governamentais.

A coprodução depende de engajamento e confiança mútua entre cidadão e governo. Objetiva, em última análise, mobilizar recursos disponíveis, porém não arrecadáveis da sociedade, complementando os escassos recursos do setor público e gerando sinergia a partir dessa articulação (OSTROM, 1996). Isso implica que o poder público compartilhe o poder e o fazer com o cidadão, gerando efetiva participação cidadã, o que exige capacidade política e gerencial para tal.

Nessa perspectiva, percebe-se que as organizações públicas precisam compreender que a coprodução no ensino público permite um diálogo, o qual pressupõe o envolvimento da comunidade escolar na gestão por meio da participação e descentralização nas tomadas de decisões. Para tanto, autores propuseram modelos de participação de coprodução que pudessem ajudar as organizações, e neste artigo, especificamente em se tratado de educação, será explicitado nos tópicos a seguir o modelo de Victor Pestoff (2012) que trata da participação cidadã na coprodução de serviços educacionais e o modelo Tony Bovaird e Elke Loeffler (2013) que analisa os benefícios dessas participações.

2.1 Modelo de Pestoff (2012)

Pestoff (2006) estudou a coprodução no serviço de pré-escola em oito países europeus concluindo que o engajamento de familiares na escola e a abertura de profissionais à coprodução ainda são um desafio em organizações públicas e privadas. Esses resultados foram reafirmados em estudo sobre a educação infantil na Suíça (Pestoff, 2012). O autor estuda desde a gênese do conceito, incluindo estudos sobre a educação até os tipos de participações cidadã na coprodução dos serviços.

Em Pestoff (2006), foi observado que o terceiro setor contribui efetivamente para fomentar a coprodução, uma vez que os pais se mostraram mais dispostos a coproduzir quando se envolvem na prestação do serviço.

Outro caso mencionado por Pestoff (2009, 2012) refere-se a um estudo realizado por Van Stard (2007), em sua tese de doutorado, na Suécia, sobre participação dos pais e qualidade do serviço pré-escolar. O estudo comparou cooperativas de pais, cooperativas de trabalhadores, serviços municipais e pequenas empresas com fins lucrativos que prestam serviços pré-escolares em Estocolmo e Ostersund, utilizando os mesmos tipos de participação do estudo anterior (econômica, política, social e de serviço específico).

Diante disso, Pestoff (2012) afirma que os tipos de participação nos serviços públicos não precisam ser apenas novas ideias, técnicas ou métodos, mas também novas práticas que incluem mudanças nas relações entre os prestadores de serviços. Tratando especificamente de

educação, identificou quatro tipos de participação cidadã na coprodução de serviços, conforme o Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 – Tipos de participação

ECONÔMICA	Envolve tempo e materiais para manter ou auxiliar o funcionamento de um equipamento da escola.
POLÍTICA	Processo em que indivíduos se envolvem nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico e sobre a gestão de uma escola.
SOCIAL	Contribuição a eventos sociais e festas em datas comemorativas relacionadas à escola.
ESPECÍFICA DO SERVIÇO	O usuário, ou um familiar, ou outro membro da comunidade auxilia a gerir ou manter uma instalação da escola. Ou, ainda, quando substitui um profissional que está doente ou em capacitação.

Fonte: Pestoff (2012).

Observa-se que a participação econômica é definida como doação de dinheiro, produtos ou tempo para as escolas dos países estudados, tendo como exemplo a compra de materiais e as doações em espécie ou outras que possuam o objetivo de manter o serviço: doação de brinquedos novos ou usados; itens para reforma de pintura, madeira, parafusos, pregos; ou a doação do tempo para prestação de serviços, instalação e manutenção, por exemplo. Podendo consistir em uma ou mais das modalidades, especialmente em caso de países com deficiência na provisão de serviços e bens, quando a atuação dos pais adquire uma importância maior ao complementar dos serviços estatais. O autor considera que em alguns dos casos estudados a contribuição de dinheiro, tempo ou produto é esperada por parte da comunidade como um todo, atuando de modo cooperativo na entrega desses serviços.

A participação política pode ser indireta, representativa ou corporativista, agindo dentro das escolas na orientação ou consulta das decisões, as quais são tomadas pelos agentes profissionais, como por exemplo a participação nas decisões dos conselhos escolares onde tendem a ter poder de voto em decisões da escola.

Já a participação social age de modo a criar organizações de pais, e sua organização de eventos que congreguem a comunidade escolar, como por exemplo participação de eventos culturais da escola, festas juninas, das mães e de fim de ano. Pestoff (2012) explica que essa coprodução pode ocorrer de diversas formas, como o auxílio na organização desses eventos, trazendo outros membros da comunidade (vizinhos), ou apenas estando presente nos momentos de integração promovidos pela escola.

E, por fim, a participação específica do serviço implica no envolvimento da manutenção da instituição, entretanto, em funções não pedagógicas, de modo a complementar e auxiliar a entrega dos serviços, como por exemplo um pai e/ou responsável possui curso técnico em eletrônica e oferece seus serviços para escola, conforme Pestoff (2012) cita em seus exemplos.

A partir do exposto, entende-se que os tipos de participação contribuem para os estudantes, familiares e comunidade, assim como para a escola. É uma junção de contribuições para um bem comum e verificar esses tipos de participação pode sistematizar as necessidades dessas contribuições dos familiares de estudantes nas escolas, assim como a participação da sociedade civil.

2.2 Modelo de Bovaird e Loeffler (2013)

A coprodução enfatiza a contribuição do beneficiário do serviço no processo de prestação do serviço. Por exemplo, nas escolas, os resultados não dependem apenas da qualidade do ensino ministrado pelos professores, mas também das atitudes e dos comportamentos dos alunos. Se os alunos não estiverem dispostos nem mesmo a ouvir, ou não estiverem preparados para realizar o trabalho de acompanhamento em casa, a quantidade que

eles aprenderão será muito limitada (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013).

Em virtude de se testarem novas formas de realizar um serviço, é natural que se queira saber se este está sendo eficiente e efetivo. Se essa nova forma está adicionando valor em relação às formas tradicionais, ou quais são seus efeitos e impactos gerados. Assim, quando se trata de analisar quais os benefícios que essas participações trazem para os serviços públicos educacionais, Bovaird e Loeffler (2013) apresenta um modelo sintético que sinaliza alguns desses possíveis benefícios, de acordo com o Quadro 02 abaixo.

Quadro 02 – Benefícios potenciais do aumento da coprodução de serviços públicos

Para os usuários	Melhores resultados e qualidade de vida; Serviços públicos de qualidade superior, mais realistas e sustentáveis, com resultados da experiência dos usuários e suas redes.
Para os cidadãos	Aumento do capital social e coesão social; Garantia sobre disponibilidade e qualidade dos serviços para o futuro.
Para funcionários da linha de frente	Mais responsabilidade e satisfação por trabalhar com usuários de serviços satisfeitos.
Para os principais gerentes	Reduzir as demandas dos serviços; Tornar os serviços mais eficientes.
Para os políticos	Mais votos por meio de usuários de serviços mais satisfeitos; Menos necessidade de financiamento público e, portanto, impostos mais baixos.

Fonte: Bovaird e Loeffler (2013).

Para os autores, a coprodução pode gerar benefícios diferentes para atores diferentes. Os usuários, neste caso, são os alunos, já que este estudo corrobora com a coprodução na educação, tem-se como exemplo a estrutura da escola, a merenda escolar, os projetos desenvolvidos. Para cidadãos (sociedade civil – comunidade, ONGs, igrejas, universidades/faculdades) um exemplo são as ações e prestação de serviços voluntários que esses cidadãos podem estar contribuindo para com a escola. Neste sentido, a coprodução só será bem gerida quando os gestores e funcionários do setor público começarem a ver o que os cidadãos estão realmente contribuindo para os resultados, em vez de se fixarem apenas em suas próprias contribuições (BOVAIRD; LOEFFLER, 2013).

Em relação aos funcionários da linha de frente (professores), sua didática, seus projetos desenvolvidos trazem benefícios no aprendizado satisfatório. Quanto aos principais gerentes (Trio Gestor), quando se tem coprodução dentro da escola, há o compartilhamento de serviços, e para os políticos (Governo do Estado), os esforços de coprodução de cidadãos e usuários de serviços devem ser aproveitados pelos órgãos públicos, e não desperdiçados, gerando assim benefícios tanto em épocas de eleições, quanto no seu próprio governo (SCHOMMER; TAVARES, 2017).

É importante ressaltar, conforme observado no Quadro 02, que o tipo de benefícios também varia - alguns são de caráter sociopolítico, outros são de natureza econômica, alguns são mais tangíveis e diretos, outros são intangíveis e indiretos.

Em se tratando das análises dos benefícios gerados, não se devem restringir ao uso de métodos quantitativos, ou seja, olhar não apenas para os resultados imediatos dos serviços, mas também para o impacto que pode gerar a curto, médio e longo prazos. Até porque a curto e médio prazos pode-se avaliar a qualidade ofertada; economia de recursos; satisfação dos alunos e atores envolvidos; e assim como a efetividade participativa. Ao longo prazo, pode-se analisar se tem gerado aumento do capital social com impacto na mudança da cultura política, ou ainda, se foi capaz de transformar dinâmicas institucionais dentro das escolas.

Dessa maneira, a avaliação da participação com a coprodução nos serviços públicos educacionais tem muito a revelar sobre seu potencial transformador e seus limites. A percepção e a reflexão sobre suas práticas, em diferentes contextos, geram conhecimento para novas experiências e aprimoramento das existentes, e sua combinação com modos tradicionais de

gestão e provisão escolar.

3 Procedimentos Metodológicos

Considerando o objetivo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. No tocante aos objetivos, configura-se como pesquisa exploratória e descritiva, por aprofundar sobre um tema para melhor compreensão do fenômeno investigado (CRESWELL, 2010).

Por critério de acessibilidade, indicação da 3ª GRE (Terceira Gerencia Regional de Ensino) e do crescente desenvolvimento da educação na cidade de Campina Grande/PB, escolheu-se como objetos de estudo duas escolas do ensino médio, sendo uma na modalidade Escola Cidadã Integral (ECI), a qual é composta por 406 alunos estudando em tempo integral (manhã e tarde), tendo como foco a formação dos jovens por meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu projeto de vida. E a outra na modalidade Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) tendo uma média de 400 alunos distribuídos em 14 turmas. Esse modelo de Escola segue o mesmo modelo que a Escola Cidadã Integral (ECI), mas têm como diferencial os cursos técnicos ofertados, que visam à formação dos jovens para atuarem no mercado de trabalho. Ambas têm como foco proporcionar aos jovens se reconhecerem como protagonistas em seus locais de atuação.

Para coleta de dados, foram utilizadas: 1) a pesquisa documental para o levantamento dos dados secundários sobre as escolas (artigos, fotos, informativos, *websites*, redes sociais); 2) entrevistas semiestruturadas com os atores-chave que poderiam fornecer informações sobre práticas de coprodução nas escolas; e 3) observações não-participante, registradas em diários de observação, com a finalidade de compreender a fomentação do fenômeno e o contexto em que está inserido.

As entrevistas seguiram roteiros semiestruturados construídos em conjunto com os membros do grupo de estudos Negis (Núcleo de Estudo em Gestão Inteligente e Sociedade) envolvidos no Projeto aprovado no edital nº 010/2021 - FAPESQ/PB - MCTIC/CNPq (Programa de Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores / Programa Primeiros Projetos – PPP), a partir das categorias dos tipos de participação de Pestoff (2012) e os benefícios de Bovaird e e Loeffler (2013), conforme o Quadro 03 abaixo.

Quadro 03 – Categorias das Entrevistas

Dimensão	Categorias	Autores
1. Tipos de participação	1.1 Econômica 1.2 Política 1.3 Social 1.4 Específica do Serviço	Pestoff (2012)
2. Benefícios	2.1 Para os usuários 2.2 Para os cidadãos 2.3 Para os funcionários 2.4 Para Gestores 2.5 Para Políticos	Bovaird e e Loeffler (2013)

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Utilizou-se a técnica da entrevista individual e grupo focal, ao todo, foram quatro roteiros de entrevistas adaptados conforme o sujeito de pesquisa consultado – ver no apêndice A. Ribeiro e Milan (2004) afirmam que as entrevistas do tipo grupos focais é um método de coleta de dado consolidado em pesquisas qualitativas e, se bem planejado, gera-se uma oportunidade de explorar em profundidade um determinado tema ou objeto de pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas.

A realização das entrevistas e observações se deu de forma presencial, no período de

julho a outubro de 2022. No que concerne aos procedimentos de análise dos dados, adotou-se como método a análise de conteúdo de Bardin (2016), sendo feita uma pré-análise consistente na leitura e organização do material coletado e tratamento dos resultados obtidos com a interpretação dos resultados. Transfigurando-se em dois gestores/coordenadores, dois grupos focais de professores, três grupos focais de alunos e dois grupos focais de pais, conforme o Quadro 04 abaixo.

Quadro 04 – Dados das Entrevistas

CÓDIGO	TÉCNICA UTILIZADA	SUJEITO(S) DE PESQUISA
ECI – Escola Cidadã Integral		
C1	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P1	Grupo Focal	4 Professores
A1	Grupo Focal de Alunos	4 Alunos
GP1	Grupo Focal de Alunos	4 Pais
ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica		
C2	Entrevista Individual	Gestor(a) ou Coordenador(a) Pedagógica
P2	Grupo Focal	4 Professores
A2	Grupo Focal de Alunos	7 Alunos (líderes)
A2a	Grupo Focal de Alunos	6 Alunos (vice-líderes)
GP2	Grupo Focal de Pais	4 Pais

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Com relação a duração das entrevistas e as datas na qual foram realizadas nas duas escolas, observa-se na Tabela 01 como foi a utilização do tempo.

Tabela 01 – Dados das Entrevistas das Escolas ECI e ECIT

Identificação	ECI	Data	Tempo
C1	Coordenadora Pedagógica	12/08/2022	00:42:21
A1	01 Grupo Focal de Alunos	12/09/2022	00:18:15
P1	Grupo Focal de Professores	13/09/2022	00:17:42
GP1	Grupo Focal de Pais	10/10/2022	00:15:04
Identificação	ECIT	Data	Tempo
C2	Gestora Escolar	29/07/2022	00:44:14
A2	01 Grupo Focal de Alunos	15/08/2022	00:31:28
A2a	02 Grupo Focal de Alunos	15/08/2022	00:31:28
P2	Grupo Focal de Professores	29/08/2022	00:51:19
GP2	Grupo Focal de Pais	17/10/2022	00:17:21

Fonte: Elaboração própria (2022).

A proposta de pesquisa deste artigo segue os preceitos normatizados pela resolução 510 de 7 de abril de 2016 do CEP/CONEP, que no art. 1, parágrafo único, incisos I, II e III considera que as pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas de opinião pública com participantes não identificados e pesquisa que utilize informações de acesso e domínio público não precisam ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados das entrevistas semiestruturadas foram analisados, inicialmente, abordando os quatro tipos de participação de Pestoff (2012) e, logo em seguida, focando os benefícios decorrentes que essa participação traz para os serviços públicos educacionais de cada escola, baseado na teoria de Bovaird e Loeffler (2013).

4.1 Quatro Tipos de Participação na ECI

Iniciando pela **participação econômica**, é importante considerar que os recursos da educação pública das escolas de nível médio devem ser assegurados pelo Governo do Estado, desde o fornecimento da estrutura escolar, equipe e equipamentos até a manutenção. Nesse contexto, os entrevistados C1 e P1 apontaram a necessidade imperativa de captação de recursos alternativos, uma vez que o recurso oriundo do orçamento público da educação deve ser planejado com grande antecedência e tem seu destino rigidamente definido.

Na rotina das escolas, entretanto, a demanda por recursos pode não ser previsível, seja devido as demandas de manutenções pontuais ou mesmo aquisição de materiais para atividades pedagógicas não planejadas. Assim, as escolas buscam recursos com o ator que tem maior interesse no sucesso do serviço – os familiares de alunos. Mas, nesta escola não foi identificado. Houve um familiar que teve intenção de ajudar, só que não fez a ação, conforme a fala do entrevistado: *“a gente até teve uma oferta, quando tivemos um problema de encanamento, havia um pai que tinha habilidades, mas aí ficou só no campo da oferta”* (C1).

Sabe-se que os recursos repassados pelo governo muitas vezes são insuficientes, mas a escola pode recorrer à comunidade ao entorno e propor parcerias e cooperações. Estas podem envolver não apenas com os pais e/ou responsáveis do cotidiano escolar, mas também com as fundações e outras organizações públicas e privadas, além de cidadãos civis que possam somar e ajudar não apenas com recursos financeiros, mas materiais, de tempo, de esforço e capital intelectual. Sem essa cooperação harmônica fica complicado superar as dificuldades existentes. Segundo Reis (2010), a importância dessa parceria serve para os desenvolvimentos escolares, bem como os benefícios que são gerados por todas as partes, tendo em comum a educação dos alunos.

Pestoff (2012) explica que a contribuição econômica extrapola a doação em espécie e inclui tempo e esforço, mas em entrevista com GP1 também foi falado que alguns atores não têm disponibilidade de tempo, comprovado pelo seguinte discurso: *“nós não temos tempo, trabalhamos o dia todo e não podemos ajudar a escola”* (GP1). Essa afirmação é comprovada também pelos entrevistados: *“meu pai trabalha muito, ele é pedreiro, mas passa o dia fora e minha mãe não tem tempo nem para ela, pois cuida dos meus outros irmãos”* (A1).

É evidente que as condições humanas são limitadas. Schommer *et al.* (2011) afirmam que a coprodução é pautada pelo diálogo e construção de consensos, através de práticas compartilhadas, em que existem diversos canais de expressão de interesses, perspectivas e relações de poder com negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Ao abarcar coprodução em serviços públicos de educação, acredita-se que o comportamento dos cidadãos influencia a execução de políticas, e no contexto escolar as ações dos pais são fundamentais na educação dos filhos (WHITAKER, 1980).

Sobre a **participação política**, esta apresenta em sua essência o caráter coletivo no que se atinge o controle democrático direto sobre a prestação de serviços por meio de tomada de decisão coletiva (PESTOFF, 2012). Foi identificado que na escola há o conselho escolar, um espaço em que há a possibilidade de envolver os usuários na tomada de decisões. Os entrevistados relatam que de fato há participação, existindo oportunidades para sugestões, diálogos e até mesmo influência nas decisões tomadas sobre os recursos que chegam, conforme é comprovado na fala: *“[...] marcamos nossa reunião com conselho escolar e vamos analisando o que fazer com a verba recebida, sempre dando prioridade ao aluno, às suas necessidades”* (P1). Em outra fala, se observa: *“aqui temos atenção, nós representamos cada turma, damos sugestões e participamos das verbas que chegam no sentido para onde serão destinados o dinheiro, isso tudo é discutido nas reuniões do conselho”* (A1). A partir do momento que se tem uma relação recíproca entre os envolvidos no processo educacional, consequentemente os resultados aparecem, em sua maioria de forma positiva.

Ainda sobre a **participação política**, é observada a presença de pais e/ou responsáveis

nos plantões pedagógicos da escola, onde são ouvidos e cobram justificativas de aprendizados aos professores. Nesses encontros, também são passados *feedbacks* dos seus filhos de como estão se desenvolvendo nas disciplinas, comportamentos em sala de aula. Assim, constata-se que nesta escola há participação política, pois os pais participam das reuniões pedagógicas e são ouvidos, conforme o seguinte relato: “[...] *Os pais aparecem na escola a cada bimestre terminado e são ouvidos nos plantões pedagógicos*” (C1). É comum relatos dos professores em que afirmam que os pais aparecem na escola somente em dias dos plantões pedagógicos. Porém, sabe-se que o aprendizado é uma construção ao longo do ano letivo e que as notas de cada bimestre são reflexos das atividades diárias em sala de aula.

Com relação a **participação social**, verificou-se que tanto os professores quanto os alunos têm atuado em prol da comunidade, promovendo eventos e atividades que contribuem para ações caritativas na cidade, como pode ser evidenciado a seguir: “[...] *diante da pandemia, os meus colegas estão muito com ansiedade, outros tem dificuldades de concentração, deixou as pessoas as vezes mais estressadas e os professores tiveram a ideia do projeto setembro amarelo que vamos fazer no parque da liberdade, até mesmo para alertar a comunidade*” (A1).

Diante do exposto, salienta-se que o auxílio na organização de eventos/ações, trazendo outros membros da comunidade, ou apenas estando presente nos momentos de integração promovidos pela escola, são exemplos de participação social que tem caráter coletivo (PESTOFF, 2012). Aqui nesta escola esse evento é específico, são elaborados de acordo com as necessidades que possam ocorrer na escola.

Com relação a **participação específica do serviço** não foram identificadas participações dos pais, nem da comunidade que pudessem auxiliar a gerir ou manter instalação na escola, conforme pode-se comprovar nas falas:

[...] a escola fica até com medo de procurar os pais para tratar destes pontos, porque os pais veem a escola como um “deposito” dos filhos, resumindo[...] nem a escola procura os pais, nem os pais procuram saber se a escola precisa, até porque eles acham que isso é papel do governo, da escola (P1).

[...] desde que voltei do meu doutorado que não temos essa procura da comunidade. Voltei em 2020, e foi logo na pandemia, ficamos online, logo teve esse distanciamento e fomos perdendo esses elos comunidade versus escola, assim como escola versus comunidade. Ou seja, a comunidade não nos procura (C1).

Dessa maneira, não foram identificadas participação dos pais e da comunidade no processo junto a profissionais da educação, e isso se torna um ponto negativo, tendo em vista que os pais são partes fundamentais no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, Alford (2009) identifica a participação como necessária para a coprodução. É válido salientar que os alunos das escolas cidadãs integrais não levam atividades para casa, então em casa já não há essa participação dos pais junto com as atividades. Com relação a comunidade não participar, é responsabilidade da escola também procurar essa comunidade para que a mesma possa se fazer presente nas atividades escolares. Conforme Marschall (2016) argumenta que só há coprodução se houver oportunidade e disposição do indivíduo em participar, cabendo à administração escolar criar oportunidades para o cidadão participar.

Já com relação aos ensinamentos específicos de sala de aula, os alunos aplicam em casa, como é observado na fala do entrevistado: “*aqui temos uma disciplina que envolve a sustentabilidade, e os ensinamentos aplico em casa, como separação do lixo corretamente*” (A1). Logo, o bem “educação”, de natureza pública e privada ao mesmo tempo, depende de certo grau de engajamento entre educando e educador, por isso o processo educativo sempre envolve alguma forma e algum grau de coprodução para ser realizado (OSTROM, 1996). Mas,

não se caracteriza como coprodução e sim só participação, pois toda coprodução é uma forma de participação, porém nem toda participação se configura em coprodução (GOUVEIA, 2021).

4.2 Quatro Tipos de Participação na ECIT

A **participação econômica** é essencialmente individual (BRUDNEY; ENGLAND, 1983), uma vez que cada familiar doa seu próprio recurso, embora ocorra em grupo, nas promoções de eventos. Na ECIT é perceptível a participação econômica tanto em relação aos pais dos alunos, quanto a participação de igrejas e da comunidade, de acordo com a fala: “*a igreja juntamente com os pais nos ajudaram doando para colação de grau, tolhas das mesas, ornamentação, pois tinha pais que trabalhavam com isso*” (C2), podendo se confirmar nas falas desses outros respondentes:

Já tivemos aqui um problema com ar-condicionado, teve um pai que veio e fez as limpezas, as câmeras das escolas foram instaladas por um pai [...] eu tenho um grupo de WhatsApp com os pais, quando estamos precisando, coloco lá as demandas no grupo e pergunto quem pode auxiliar. E eles são muitos participativos, às vezes chegam até aqui na escola perguntando (C2).

Também temos as parcerias com as igrejas, tanto católicas quanto evangélicas aqui da cidade [...] a gente libera o prédio sem custo e eles nos auxiliam em alguma coisa, como por exemplo a gente está com problema na encanação, aí eles vêm e ajeita esse problema [...] a gente está com problema no liquidificador, estamos precisando que conserte, eles levam e consertam. Estamos precisando de uma doação de uma panela de pressão, eles vêm e doam (C2).

A comunidade nos ajudou em doação de alimentos, que foi na nossa campanha para os animais de rua, desenvolvida pelos alunos juntamente com seus professores. Já que aqui no bairro observamos que tinha muitos animais na rua (P2).

Com base nesses apontamentos, é válido ressaltar que são diversas as motivações ou razões que podem influenciar o processo de decisão sobre participação de indivíduos em ações de coprodução. Coprodução pode se referir a diferentes níveis, tipos ou fenômenos de participação e envolvimento dos cidadãos na prestação de serviços públicos, participação do terceiro setor na tomada de decisão e implementação de políticas (PESTOFF, 2012).

Esse discurso de C2 em relação a participação da igreja foi confirmado no diário de observação do dia 29 de julho de 2022, quando foi constatada a presença do pessoal de uma Igreja fazendo ornamentação no auditório, o qual seria utilizado no final de semana.

Sobre a **participação política**, Whitaker (1980) afirma que a cooperação de cidadãos com agentes públicos em busca de um objetivo comum é uma importante forma de participação política. Na escola, foi observada essa participação no conselho escolar, que é um órgão deliberativo, focado na burocracia interna da escola que toma as decisões em relação a alocação de recursos, resolução de problemas administrativos, e o Orçamento Democrático, que tem a participação externa da comunidade, conforme os respondentes revelam:

O conselho escolar é formado por um representante dos alunos, um pai, um representante de professor, o trio gestor e o presidente que é escolhido/eleito entre os professores. Nas reuniões internas, é decidido a entrada e saída de recursos, para onde vamos alocar esses recursos [...] se há problemas administrativos é resolvido nestas reuniões [...] (P2).

Agora para participação externa da comunidade é o orçamento democrático, que um representante da comunidade vem votar em quais são os tipos de recursos que são mais viáveis utilizar na escola. É aberto, aí alguém da comunidade se inscreve e vem participar da reunião para decidir onde será utilizado o recurso que chegou do Estado (P2).

Nesta perspectiva, “o conceito de coprodução traz o entendimento de que a qualidade dos serviços públicos será maior se houver a participação da sociedade, em vez de o governo ser o único produtor” (DE MATTIA; ZAPPELLINI, 2014, p.577). Além disso, a ação de inovar demanda que os políticos e profissionais encontrem novas formas de interagir com os usuários dos serviços e suas comunidades (BOVAIRD, 2007).

Com relação as tomadas de decisões sobre o processo pedagógico na escola, os respondentes deste primeiro grupo responderam: “*Quando temos algum problema com o método de ensino do professor, nós comunicamos para a gestão normalmente, além disso os alunos recebem todo bimestre um questionário para avaliar algum professor específico*” (A2). Depois esses questionários são avaliados pelo Trio Gestor e pontuado, em seguida o professor é chamado para que possam dar o *feedback* e pontuar o que deve ser melhorado.

A **participação política** também se dá por meio dos pais tanto nos plantões pedagógicos quanto nos grupos de *WhatsApp*, onde eles são ouvidos e contribuem para o melhoramento do ensino e aprendizagem, conforme um dos respondentes fala: “*nós pais temos nossos grupos de WhatsApp para sermos ouvidos, também nas reuniões e plantões pedagógicos*” (GP2). Nota-se que todas as nuances da participação política nesta escola são atendidas de forma que essas participações se fazem necessárias para a coprodução.

Na **participação social** foi verificada uma ação social pela comunidade, que tanto contribuiu para a escola quanto para a própria comunidade em questão:

[...] na favela do papelão pegamos alguns alunos e começamos a trabalhar sobre higiene pessoal, orientar aos adolescentes sobre as questões de doenças sexualmente transmissíveis, quais os serviços básicos estão à disposição deles [...] e paralelo a isso foi feito também um processo de alfabetização com aqueles que não tiveram oportunidade de estudar. Em contrapartida, eles tinham lá pessoas que costumavam, bordavam, e aí fizemos essa parceria e eles ensinavam as nossas alunas a bordar, a costurar (G2).

Essa participação acima se torna diferenciada, pois beneficiou ambas as partes. Em se tratando do contexto escolar, Whitaker (1980) cita como exemplo a necessidade do ajuste mútuo entre cidadão e agente público, em analogia à relação de professor e aluno. Segundo o autor, quanto mais disposto estiver o professor em procurar o potencial dos alunos, maiores são as chances de encontrá-lo; da mesma forma, quanto mais motivados estiverem os alunos em dedicar-se à própria educação, certamente haverá mais compromisso e resultados melhores do que àqueles que apenas cooperam ou cumprem desinteressadamente.

Dessa forma, a interação entre profissionais da educação, alunos, famílias e comunidades na educação e na escola pode originar resultados significativos aos indivíduos diretamente envolvidos e às comunidades.

A **participação específica do serviço** foi observada na fala: “*alguns pais já ofereceram seus serviços de pintura, de encanamento [...]*” (C2). E o próprio grupo focal comprovou também na fala: “*os pais são nossos parceiros sempre, ajudam em serviços que eles próprios dominam, como ajuda em cortar gramas [...]*” (P2). Os pais também participaram em um certo momento (colação de grau) da substituição de profissional na cozinha, como já não estava no horário de trabalho e para que a festa de colação acontecesse, a escola entrou com os alimentos

e uns pais foram cozinhar, assim como o pessoal da comunidade da Igreja ficaram com a ornamentação, ou seja, houve coprodução na participação específica do serviço.

Em se tratando da aplicação dos ensinamentos específicos da sala de aula em casa, os alunos se matriculam na disciplina eletiva oferecida a cada semestre e com isso aplicam esses ensinamentos em casa, no seu dia a dia, conforme as falas dos respondentes: *“Temos disciplina que trata Segurança no Trabalho, que aborda primeiros socorros, e isso é de extrema importância para nós aplicarmos no nosso dia a dia (em casa) quando acontece algum acidente”* (A2 e A2a). *“A disciplina que trata de sustentabilidade, eu apliquei em casa. Expliquei para os meus pais e irmãos as técnicas e perguntei o que eles querem deixar para o futuro? Daí começamos a ser mais atento enquanto a essas questões”* (A2). *“A disciplina eletiva do semestre passado foi marketing que eu participei, e com isso me ajudou muito a abrir o meu próprio negócio que eu queria muito”* (A2a).

É perceptível nas falas dos grupos dos alunos (A2 e A2a) o quanto essas disciplinas eletivas são importantes e a diferença que elas fazem, pois incentiva a prática, apesar de não caracterizar como coprodução, mas só participação. No momento da entrevista, foi observado e registrado no diário de observação do dia 15 de agosto de 2022 as expressões de alegria e satisfação dos alunos ao contar a importância dessas atividades para suas vidas.

Neste contexto, observa-se que a ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) tem presentes os quatro tipos de participação cidadã na coprodução dos seus serviços educacionais, comprovando a teoria de Brandsen e Pestoff (2012), quando afirmam que iniciativas pesquisadas na Alemanha, França e Suécia apresentaram os mais altos níveis de participação (econômica, política, social e de serviço específico) dos pais, por meio de organizações do terceiro setor.

A seguir, serão descritos na Matriz os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Pestoff (2012) e os possíveis benefícios que foram gerados de acordo com os estudos de Bovaird e Loeffler (2013) depois de analisar as falas dos entrevistados.

4.3 Matriz – Dois Modelos

Diante dos resultados nas duas escolas ECI (Escola Cidadã Integral) e ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) baseados nos quatro tipos de participação de Pestoff (2012), os entrevistados da linha de frente e os principais gerentes das escolas deixam claro o quanto é importante a participação dos familiares (pais/responsáveis) e da comunidade (sociedade civil), sendo peças fundamentais para que o processo escolar ocorra de uma maneira eficiente e eficaz. De igual modo, os usuários (alunos) acreditam que essas participações fazem toda diferença em seu processo de ensino e aprendizagem.

No Quadro 05 abaixo, pode-se visualizar como ocorreu a análise dos tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público das duas escolas analisadas e seus benefícios decorrentes.

Quadro 05 – Matriz Baseada nos Resultados das Duas Escolas.

Tipos de Participação (Pestoff, 2012)	Econômica	Política	Social	Específica do Serviço
---	------------------	-----------------	---------------	------------------------------

<p>Exemplos observados nas pesquisas das escolas (em síntese)</p>	<p>Não foi identificado. (ECI)</p> <p>Doação de tempo: ajuda na infraestrutura e na Colação de Grau. (ECIT)</p> <p>Doação de materiais e/ou alimentos. (ECIT)</p>	<p>Reunião dos pais (Plantão Pedagógico). (ECI; ECIT)</p> <p>Conselho escolar (recursos de órgão públicos). (ECI; ECIT) e Orçamento Democrático (ECIT)</p> <p>Envolvimento nas discussões e tomadas de decisão sobre o processo pedagógico. (ECIT)</p>	<p>Ação Social para comunidade. (ECI; ECIT)</p>	<p>Não foi identificado. (ECI)</p> <p>Ajuda a manter as instalações na escola, com pinturas. (ECIT)</p> <p>Substituição de profissional na cozinha. (ECIT)</p>
<p>BENEFÍCIOS (Bovaird; Loeffler, 2013)</p>	<p>O QUE FOI OBSERVADO NAS ESCOLAS PESQUISADAS (ECI; ECIT)</p>			
<p>Para os usuários (alunos)</p>	<p>Em geral com as disciplinas eletivas, percebe-se que os alunos se desenvolvem e abrem oportunidades. A escola cresce com esses desenvolvimentos dos alunos e podem sempre está aprimorando para obter resultados diante da qualidade dos serviços prestados. Desenvolvimento de projetos e oportunidades que surgem com a participação da comunidade, da igreja e de ONGs.</p>			
<p>Para os cidadãos (comunidade, ONGs, Igreja)</p>	<p>Como não foi identificado no momento na ECI, a escola perde contribuições tanto externas como internas, deixando de ter inclusão social. Já na ECIT, essas iniciativas que foram relatadas traz a inclusão social tanto para escola como para fora dela, aumentando ainda mais a esfera social e construindo o aluno para o futuro.</p>			
<p>Para funcionários da linha de frente (professores)</p>	<p>A satisfação em compartilhar os conhecimentos de forma satisfatória, fazendo com que a teoria seja alinhada com a prática e transforme as vidas dos alunos nos seus projetos de vida que vão além da educação de sala de aula, de uma forma que todos os elos escolares (escola, alunos, professores, familiares, e sociedade civil), fiquem satisfeitos com seus trabalhos desenvolvidos.</p>			
<p>Para os principais gerentes (trio gestor)</p>	<p>Quando o trio gestor delega as funções, há uma diminuição na sobrecarga de atribuições e isso é perceptível tanto na ECI quanto na ECIT, pois ambas atendem ao modelo de escola cidadã e com isso torna os serviços mais “leves” e satisfatórios.</p>			
<p>Para os políticos (Governo do Estado)</p>	<p>Quando são encontradas nas escolas as participações cidadãs na coprodução dos serviços educacionais o serviço público fica em evidência, logo, o governo se torna alvo de notícias positivas, e isso enriquece o poder público trazendo, além da visibilidade positiva, prospecção de aumento de votos nas futuras eleições. E quando todos (escola, alunos, familiares, comunidade e sociedade civil) coproduzem com a escola há diminuição de financiamentos públicos.</p>			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando a Matriz, observa-se que a escola ECI não foi identificada participação econômica e nem participação específica do serviço isso devido a não participação dos pais e da comunidade. Neste sentido, se faz necessário que a escola busque a comunidade e veja de

fato o que afasta os pais do convívio da escola. Whitaker (1980) trata sobre o papel dos indivíduos, afirmando que a coprodução necessita que a pessoa que está sendo servida transforme seu comportamento. Para o autor, ao invés de esperar que as escolas mudem as pessoas, é preciso pensar que as pessoas devem mudar a si mesmas. Brandsen e Pestoff (2006) afirmam que o envolvimento dos cidadãos transforma o serviço, mas eles mesmos são transformados pelo serviço.

Quando todos os atores (família, comunidade e sociedade civil) participam junto com a escola, e a escola deixa claro para esses atores a sua importância, o propósito ensino e aprendizagem são consolidados de forma satisfatória. De acordo com Bovaird e Loeffler (2013), é importante para o cidadão saber como o serviço vai afetar a vida do seu familiar. Dessa forma, o indivíduo se sentirá mais motivado a se envolver na coprodução do bem público se o resultado dessa ação trouxer benefícios para seus familiares.

Neste sentido, as participações ajudam a compreender o papel do Estado, das escolas, das comunidades e dos cidadãos no aperfeiçoamento dos serviços públicos educacionais e da democracia. As falas dos entrevistados tanto da ECI (Escola Cidadã Integral) quanto da ECIT (Escola Cidadã Integral Técnica) nestas entrevistas permitem refletir sobre os limites e as potencialidades de avaliar os benefícios da coprodução, pois evidencia a necessidade do trabalho em conjunto em função da aprendizagem e desenvolvimento do aluno e da escola, além dos benefícios para a sociedade como um todo.

5 Considerações Finais

O presente artigo teve o intuito de analisar os tipos de participação cidadã nas práticas de coprodução no ensino público de Campina Grande-PB e os benefícios decorrentes. Como resultados, em análise qualitativa, constatou-se que a participação cidadã na coprodução dos serviços educacionais de Pestoff (2012) geram benefícios potenciais no aumento da coprodução, de acordo com o modelo sintético de Bovaird e Loeffler (2013).

A participação econômica e a participação social, por exemplo, podem gerar oportunidade para a participação política e a participação específica no serviço. Ou seja, a aproximação dos membros da comunidade escolar em torno de aspectos sociais e econômicos pode facilitar ou ampliar sua participação também nos aspectos essenciais do serviço e na tomada de decisões de caráter político pedagógico. A melhoria da estrutura favorece a qualidade da prestação do serviço e o envolvimento das pessoas em atividades compartilhadas pode gerar laços e senso de pertencimento, que, indiretamente, também influenciam o processo pedagógico, a aprendizagem e a qualidade da educação.

Nos resultados, observa-se que na ECI não foi identificado a participação econômica, pois os pais não se envolvem porque não tem tempo e/ou interesse e a comunidade não procura a escola e nem a escola procura a comunidade. Essa mesma situação de ausência de ambos, acontece na participação de serviços específicos, assim propõem-se que a escola desenvolva projetos nas suas disciplinas eletivas que incluam a comunidade, que possa trazer para perto da escola, incentivando essa participação juntamente com os alunos e até mesmo que necessite da presença dos pais e/ou responsáveis mostrando que eles fazem parte do crescimento escolar, para que assim eles possam estar junto com a escola coproduzindo.

Já na ECIT é perceptível nos resultados conforme os relatos dos entrevistados que a participação econômica e a participação social abordadas por Pestoff (2012), podem gerar oportunidade para a participação política e para a participação específica no serviço. No caso da educação pública, a participação dos pais na gestão e manutenção da escola, por exemplo, envolve contatos repetidos e de longo prazo, colocando-os na condição de sujeitos ativos que ajudam a decidir o futuro do serviço prestado (PESTOFF, 2009).

Além disso, a pesquisa relacionou participação e coprodução de serviços públicos na

educação, tendo em vista que a participação é um termo frequente nos marcos regulatórios educativos e a coprodução é um fenômeno que ocorre, mas não é mencionado explicitamente. Os resultados podem ser utilizados pelas instituições de ensino no sentido de orientar a realização de ações de voluntariado voltadas ao melhoramento do processo pedagógico, a aprendizagem e a qualidade da educação.

Constatou-se ainda que a principal diferença entre as escolas cidadã aqui entrevistadas é quanto ao direcionamento das ações/projetos. A participação cidadã e a coprodução foram consideradas como caminhos possíveis para o desenvolvimento comunitário e para o desenvolvimento do potencial político e social das pessoas, contribuindo para sua autorrealização. Como principais contribuições, o presente artigo amplia a compreensão acerca da participação cidadã nas práticas de coprodução, bem como aprofunda sobre os benefícios que todas essas práticas podem decorrer, estimulando os professores e gestores a coproduzir e questionando também até que ponto eles estão dispostos a coproduzir.

Como em toda pesquisa, esta experimentou algumas limitações, cita-se a dificuldade de encontrar os pais que tivessem disponíveis para serem entrevistados, bem como um horário que fosse viável de reunir os grupos focais. Todavia, configura um tema relevante para estudos futuros, acerca da importância de uma liderança que fomente a participação e a coprodução nas escolas públicas.

Nesse sentido, cabe seguir explorando, em futuros estudos, outra modalidade de ensino médio que é a Modalidade de Ensino Regular, assim como no ensino superior e escolas públicas estaduais de outras cidades na Paraíba. Compreender a participação e a coprodução como estratégias fundamentais à prestação do serviço público, amparada por teorias como as que constam nesta pesquisa, potencialmente favorece a ação de pais, comunidade, alunos e professores, alcançando resultados mais consistentes em outras instâncias das escolas. Assim, esta pesquisa no campo da educação evidencia, portanto, a conexão entre os aspectos essenciais e aspectos complementares do serviço, bem como entre elementos econômicos, políticos, sociais e específica dos serviços da coprodução, trazendo benefícios potenciais para os diferentes envolvidos.

Referências

ALFORD, J. *Engaging Public Sector Clients: From Service Delivery to Co-production*. Basingstoke, **Palgrave Macmillan**. 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro -- São Paulo: Edições 70, 2016. 3º reimp, 1º ed. 2016.

BERGUE, S.T. Contribuições da Problematização Filosófica para o Estudo da Administração Pública. **Revista Eletrônica de Administração**, v.28,n.1, Janeiro/Abril, 2022 Disponível: <http://orcid.org/0000-0002-1878-8479>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BOVAIRD, T. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. **Public Administration Review**, v.67, n.5, p.846-860, sept./oct., 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>. Acesso em: 14 set. 2022.

BOVAIRD, T.; LOEFFLER, E. We're all in this together: harnessing user and community co-production of public outcomes. University Birmingham. Institute of Local Government Studies, Jun, 2013, **Chapter 4**. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41683097>. Acesso em: 04 de set. 2022.

BRANDSEN, T.; HONINGH, M. Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. **Public Administration Review**, v.76, n.3, p.427-435, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/puar.12465>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 set. 2022.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/975300>. Acesso em: 15 set. 2022.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 16 agost. 2022.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, 15(3), 615–628, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395152355>. Acesso em: 04 de out.2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M.B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE. BR**, v.12, n.3, p.573, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395114417> . Acesso em: 06 set. 2022.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Centro de Referência em Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 16 de agost. 2022.

ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL. **Governo da Paraíba**. Disponível em:< <https://sites.google.com/view/ecipb>>. Acesso em: 06 de agost. 2022.

LARRINAGA, O. V. (2017). Is it desirable, necessary, and possible to perform research using case studies? **Cuadernos de Gestión**, 17(1), 147-172.

LOFFLER, Elke; WATT, Peter. **Understanding the efficiency implications of coproduction**. [S. l.]: LARCI, 2009.

MARSCHALL, M. J. Citizen participation and the neighborhood context: a new look at the coproduction of local public goods. **Political Research Quarterly**, v. 57, n. 2, p. 231-244, Jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/106591290405700205>. Acesso em: 15 set. 2022.

NOBELPRIZE.ORG. Elinor Ostrom. **Common resources**. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/educational/nobelprize_info/ostrom-edu.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

OSTROM, E. Crossing the great divide: Coproduction, Synergy, and Development. **World Development**. Vol. 24, n. 6, pp. 1073-1087, 1996. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X). Acesso em: 18 dez. 2022.

PESTOFF, V. Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and

Evidence. Voluntas: **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 23, p. 1102-1118, jul. 2012. Disponível em: DOI: 10.1007/s11266-012-9308-7. Acesso em: 02 set. 2022.

PESTOFF, V. Towards A Paradigm of Democratic Participation: Citizen Participation and Co-Production of Personal Social Services In Sewden. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v.80, n.2, p.197-224, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8292.2009.00384.x>. Acesso em: 02 set. 2022.

REIS, Liliani Pereira Costa de Reis. **A participação da família no contexto escolar**. 2010.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, R. DE F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 42-44. Disponível em: https://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book_dicionario_de_verbetes. Acesso em: 15 nov.2022.

SOARES, Guilherme Ferreira; FARIAS, Josivania Silva. Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. **Revista de Administração Pública (RAP)**, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170301>. Acesso em: 18 de out. 2021.

SCHOMMER, P. C.; ANDION, C.; PINHEIRO, D. M.; SPANIOL, E. L.; SERAFIM, M. C. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. F. (Org.). **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: Udesc, 2011, p. 31-70. (**Coleção Enapegs**, v. 5).

SCHOMMER, Paula Chie; TAVARES, Augusto de O. **Gestão Social e Coprodução de Serviços Públicos. Fascículo 4**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.